

## **O exílio brasileiro na Argélia (1964-1979): breves notas para o debate**

### **Brazilian exile in Algeria (1964-1979): brief notes for the debate**

#### **Resumo**

O presente trabalho busca analisar, de maneira inicial, alguns aspectos do exílio brasileiro na Argélia, a saber: a forma como ocorre a rememoração da experiência por alguns ex-exilados e as estratégias de vigilância mantidas pelo estado ditatorial brasileiro sobre tal comunidade, durante a ditadura. Para a realização da proposta serão analisados dois relatos de ex-militantes coletados pela autora e documentos do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), o qual estava vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. Sabe-se que a Argélia, independente da França em 1962 após sangrenta guerra de libertação, foi um país de referência para a recepção de exilados de diversos locais do globo – Panteras Negras dos Estados Unidos, militantes pelas independências na Ásia e África e contra as ditaduras que se proliferavam na América Latina. Assim, o trabalho busca compreender esses dois aspectos fundamentais relacionados à experiência exilar: como a memória dos indivíduos rearticula esse momento a partir da sua experiência posterior e a forma como o Estado brasileiro continuou a política de vigilância em relação àqueles considerados subversivos.

**Palavras-chave:** Ditadura de segurança nacional; Exílio; Argélia.

#### **Abstract**

The present work seeks to analyze some aspects of Brazilian exile in Algeria: the way in which some exiles remember the experience and the surveillance strategies maintained by the Brazilian dictatorial state over such community during the dictatorship. We will analyze narratives told by ex-militants and documents from the Centro de Informações do Exterior (CIEEx), which was linked to the Ministério das Relações Exteriores. Algeria became independent of France in 1962 after a bloody war and it turned into a reference for receiving exiles from different parts of the world - Black Panthers from the United States, militants for independence in Asia and Africa and against dictatorships that proliferated in Latin America. Thus, the paper seeks to discuss these two fundamental aspects related to the exile experience: how the memory of individuals rearticulates the past moments lived from their later experience and the way Brazilian State continued its surveillance policy in relation to those people considered subversive.

**Keywords:** National security dictatorship, Exile, Algeria

Fecha de recepción: 2 de junio de 2020

Fecha de aceptación: 2 de noviembre de 2020

## O exílio brasileiro na Argélia (1964-1979): breves notas para o debate

Brazilian exile in Algeria (1964-1979): brief notes for the debate

Débora Strieder Kreuz\*

### Considerações iniciais

A partir de 1964, dentro da lógica desencadeada pela Guerra Fria, o Brasil viveu sob uma ditadura civil-militar de segurança nacional<sup>1</sup> na qual toda e qualquer forma de manifestação era reprimida. A organização sistemática do aparato repressivo, com influências francesa e estadunidense, tinha como objetivo destruir, física e psicologicamente, os militantes políticos<sup>2</sup>, de maneira a desmantelar as organizações de resistência. Assim, durante o período, a saída do país foi uma estratégia amplamente utilizada como forma de preservar a vida, denunciar o que ocorria no território brasileiro e também, em alguns casos, tentar rearticular a resistência e retornar para continuar a luta. Além disso, esse meio também foi utilizado pelo aparato repressivo para excluir politicamente amplos setores sociais. Ou seja, pode ser um fenômeno de exclusão e articulação, simultaneamente. É o que chamaremos de exílio. O mesmo pode ser definido a partir da perspectiva de Sznajder e Roniger:

Definimos el destierro o exilio político como un mecanismo de exclusión institucional, no el único, mediante el cual alguien involucrado en la política y la vida pública, o alguien al que quienes detentan el poder perciben de ese modo, es forzado o presionado a abandonar su país de origen o lugar de residencia, imposibilitado de regresar hasta que haya una modificación en las circunstancias políticas. (Sznajder, Roniger, 2013: 31)

Assim, compreenderemos o fenômeno exilar a partir dessa chave analítica, ou seja, de que não existe um exílio voluntário, tendo em vista que os sujeitos são forçados, direta ou indiretamente, a deixar seu país de origem em virtude das circunstâncias políticas enfrentadas. No caso brasileiro, a ditadura de segurança nacional, que cerceava as diferentes formas de manifestação. Numas das primeiras obras de fôlego sobre o tema no país, Rollemberg afirma:

O exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura militar. O *slogan* do governo Médici, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, é emblemático. É preciso, portanto, compreendê-lo na mesma lógica da prisão política, dos assassinatos, da imposição à clandestinidade; como mais um esforço dos militares para controlar a liberdade de expressão e a manifestação intelectual; de destruição de toda criação contestatória e de uma determinada experiência política. (Rollemberg, 1999: 47-8).

---

\* Universidade Estadual do Piauí y Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [debora\\_kreuz@yahoo.com.br](mailto:debora_kreuz@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) consultar Comblin (1978), Alves (1984) e Padrós (2014).

<sup>2</sup> A organização do aparato repressivo brasileiro foi detalhado por Fico (2001).

Logo após o golpe, o Uruguai foi o principal destino de, principalmente, políticos cassados e que seriam presos caso caíssem nas mãos dos militares<sup>3</sup>. Imaginava-se, nesse primeiro momento, que a presença militar não demoraria a cessar e fazia-se necessária a articulação para o retorno ao Brasil<sup>4</sup>. Contudo, como sabemos, não foi o que aconteceu, e a ditadura no Brasil perdurou até 1985. Nesse intervalo, milhares de outras pessoas tiveram que deixar o país, com destinos diferentes<sup>5</sup>, gerando uma multiplicidade de experiências. Nas palavras de Yankelevich e Jensen (2007: 15): “Los exilios reconocen el mismo punto de partida: huir de la represión, preservar la libertad, salvar la vida. Sin embargo, el sentido de esas vidas en el exilio no pudo más que ser plural.”

Em síntese, o exílio, além de um espaço de exclusão e perseguição, foi também de resistência por aqueles grupos considerados nocivos ao projeto que a ditadura tentava implementar. Na busca pelo “país que vai pra frente”<sup>6</sup> não havia espaço para oposição e tentativa de discussão de um modelo de sociedade diferente daquela que existia até então. Contudo, mesmo após a saída do país, a criação da ideia de “fronteira ideológica”<sup>7</sup>, preconizada pela já mencionada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), as ações dos indivíduos que saíam deveriam ser vigiadas também no exterior.

A partir de 1969, alguns dos grupos que combatiam a ditadura passaram a articular ações de captura de representantes diplomáticos para serem trocados por presos políticos e estes serem enviados ao exterior. No total foram quatro ações entre 1969 e 1971 que, somadas, libertaram 130 militantes.

Em junho de 1970 foi capturado o embaixador alemão no Brasil, Ehrenfried von Holleben, e, após a negociação com o governo brasileiro, 40 presos políticos foram enviados para a Argélia, país que concordou em recebê-los<sup>8</sup>. Mas por que exilar-se na Argélia?

Em 1962 a Argélia tornou-se livre do jugo colonial francês após uma sangrenta guerra de libertação que durou oito anos e devastou o país. Após a independência, adotou uma política externa de não-alinhamento, expressa principalmente a partir da Conferência de

---

<sup>3</sup> Alguns dias após o golpe o Ato Institucional número 1 decretou a cassação de inúmeros políticos bem como a supressão dos seus direitos políticos. Denise Rollemberg (1999) caracteriza esse momento como a primeira fase do exílio.

<sup>4</sup> Esse primeiro momento foi analisado por Marques (2006).

<sup>5</sup> Como mencionado, Rollemberg (1999) pensou o exílio brasileiro a partir de ondas: a primeira, como já mencionado, teria como destino central o Uruguai e seria formada por indivíduos pertencentes ao governo deposto. Após o aumento das tensões nesse país e a eleição do socialista Salvador Allende no Chile, este país seria o principal destino, sobretudo dos membros da guerrilha urbana. Com o golpe em 1973, a Europa, em especial a França, foi o centro que mais recebeu brasileiros. Para a análise do exílio no Chile e na França, consular Marques (2011).

<sup>6</sup> Trecho de música que fazia a propaganda do país durante a ditadura.

<sup>7</sup> No mundo polarizado pela Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional preconizava que o inimigo não se encontrava mais em outro país, mas seria o portador da ideologia alheia aos princípios ocidentais: o comunismo. Esse seria o “inimigo interno”. Para combatê-lo, a noção de fronteira física era insuficiente, por isso a necessidade de estabelecer “fronteiras ideológicas” e persegui-lo independente do local em que estivesse. Para uma melhor compreensão, vide: Comblin, 1978.

<sup>8</sup> É importante ressaltar que o Ato Institucional nº 13, instituído após o sequestro do embaixador estadunidense, criou a figura do banimento, onde os militantes trocados perdiam a sua nacionalidade ao deixar o país. Ou seja, a nível internacional não possuíam nenhum documento, o que causava infindáveis problemas onde quer que se encontrassem.

Bandung<sup>9</sup>. Ou seja, estabeleceu uma postura externa independente do que preconizavam os Estados Unidos e a União Soviética, adotando uma política que caracterizava, constitucionalmente, como uma forma de socialismo de cunho árabe. Nas palavras de Yazbek:

A guerra da Argélia comprovaria a eficiência de uma ampla luta popular desencadeada por um partido revolucionário fortemente ligado às massas (os combatentes de origem camponesa sempre foram esmagadoramente majoritários no Exército de Libertação Nacional). Assim, a organização e as conquistas militares que se seguiriam não podiam deixar de repercutir e influenciar movimentos de esquerda armada até na América Latina, mostrando a viabilidade da união entre uma vanguarda preparada politicamente e as forças armadas populares, empenhadas na luta pela conquista do poder. (Yazbek, 2010: 45)

Essa experiência de libertação do jugo imperialista articulada com o apoio do governo argelino para distintos grupos políticos que chegavam ao país fez com que aquele espaço se tornasse um destino para os que saíam do Brasil, muito embora pensamos que a revolução argelina não tenha influenciado sobremaneira os movimentos de resistência nacionais, pois havia a inspiração maior no exemplo cubano de 1959.

A partir desse pressuposto, que vê a Argélia como um destino de exílio e como um espaço de articulação política de denúncia da ditadura brasileira, buscamos analisar alguns aspectos da vivência de ex-militantes da luta armada que residiram, embora durante períodos diferentes, naquele país. É importante destacar que a presença de Miguel Arraes<sup>10</sup>, atuando junto ao governo Boumediene e organizando estratégias de resistência, foi um elemento facilitador para que outros exilados lá se instalassem. Da mesma forma, tendo a perspectiva da fronteira ideológica em vista, buscaremos demonstrar que a vigilância sobre os indivíduos que se encontravam no país continuava.

### **Exílio: memória e vigilância**

Com a perseguição realizada pelas forças repressivas da ditadura brasileira a saída do país foi uma das formas, como já mencionado, de preservar a vida. Diferentes foram os momentos em que ocorreu bem como os países de destino. Para a análise proposta utilizaremos o relato oral de dois ex-militantes da luta armada, João Carlos Bona Garcia<sup>11</sup> e Apolo Heringer Lisboa<sup>12</sup>. Nesse sentido, temos acesso à memória dos depoentes, rearticulada no momento presente, influenciada por experiências posteriores com uma clara projeção de futuro. As memórias do exílio tem um papel fundamental na compreensão do fenômeno:

---

<sup>9</sup> Ocorreu na cidade do mesmo nome, na Indonésia, em 1955 e estabeleceu princípios de cooperação entre os países do chamado Terceiro Mundo.

<sup>10</sup> Arraes foi cassado pelo Ato Institucional nº1 quando era governador do estado de Pernambuco. Após um período na prisão foi, com sua família, para a Argélia. Residiu lá 15 anos, até o retorno com a Lei de Anistia. Articulou várias denúncias do que ocorria no Brasil. Sua presença no país era um aspecto que facilitava a chegada de novos exilados, visto que atuava frente ao governo argelino, auxiliando na recepção aos recém-chegados.

<sup>11</sup> Militante da luta armada no Rio Grande do Sul. Foi um dos trocados na ação de captura do embaixador suíço (1971). Passou pelo Chile, Argentina, Argélia (1973-74) e depois França, onde residiu até a anistia em 1979. Atualmente é juiz do tribunal militar aposentado.

<sup>12</sup> Militante da luta armada em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Saiu do Brasil por decisão da sua organização, indo para o Chile, Argentina e Argélia (1974-79), até a anistia. Atualmente é professor universitário aposentado.

[...] as memórias do exílio não podem ser mais que diversas. As diferenças de gênero, idades, ocupações, experiências políticas e de culturas das nações de origem e de acolhida convertem essas memórias em um enorme mosaico integrado por centenas de fragmentos individuais, cuja articulação deveria corresponder aos que têm convertido a memória e a história do exílio em objeto de trabalho acadêmico. (Yankelevich, 2011: 22)

No momento das entrevistas, ocorridas no ano de 2016, o Brasil passava por uma grave crise institucional e as comparações entre passado e presente, na narrativa de ambos, eram constantes. Como já foi preconizado por Pollak (1992), Portelli (1997) e Bordieu (2006) a História Oral baseia-se numa tentativa, por parte do narrador, de estabelecer uma linha de sentido entre o passado, presente e futuro, silenciando e criando conexões entre os distintos eventos: no caso em tela a ditadura, o exílio e a crise no país.

A vivência em um país estrangeiro, sobretudo no caso em tela, não foi simples. Após a experiência da perseguição, a readaptação muitas vezes foi demorada e cada indivíduo percebeu o exílio de uma forma. Portelli (1997: 16) afirma que: "... a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos." Ou seja, encontraremos nos relatos de exílio pontos de contato, mas não experiências iguais, o que nos permite visualizar e compreender vários aspectos diferentes, por vezes antagônicos, embora o exílio seja fruto de uma política institucional da qual todos sofreram. Também assim percebemos a importância da memória enquanto fonte para os estudos sobre exílio. Para Yankelevich:

[...] a memória adquire uma centralidade indiscutível ao estudar o exílio enquanto espaço de interseção de horizontes culturais, formas e tomadas de consciência políticas, modalidades discursivas, ações e reflexões que se criam e recriam em um contexto assinalado pela perda dos até então referenciais da vida cotidiana. (Yankelevich, 2011: 23-24).

Assim, ao chegar a um novo país muito diferente, embora houvesse a passagem anterior por outros, em especial o Chile, a palavra que define a primeira percepção dos entrevistados sobre a Argélia é "estranhamento". Um local de ampla maioria muçulmana e devastado pela guerra era distinto do que ambos estavam acostumados. O auxílio oferecido por Miguel Arraes aliado ao fato do país apoiar movimentos de contestação é determinante para que ocorresse a escolha. E, nessa conjunção de fatores, os sentimentos se misturam, pois há a memória positiva da acolhida, e o fato de não ser minimamente parecido com o Brasil. Para João Carlos (Entrevista, 2016): "E na Argélia, foi muito bom. Eu agradeço muito os argelinos pela recepção. Só que é bem diferente, entendeu? Uma cultura diferente, a forma é diferente." Assim, apesar da boa recepção, a memória predominante é a da diferença e estranhamento, de forma que esse elemento foi determinante para a posterior mudança para a França.

Quando questionado sobre a relação da comunidade argelina com os exilados brasileiros, Apolo afirma que a curiosidade dos nacionais era o que lhe chamava a atenção, assim como sobre o Brasil de maneira geral pois, por terem se tornado independentes há poucos anos, imaginavam que os exilados também se encontravam em uma guerra de libertação:

Inicialmente eles queriam saber de onde a gente veio, perguntavam sobre Pelé, sobre futebol. Eles gostavam muito do Brasil, do futebol brasileiro. Falavam de Che Guevara, Fidel Castro e perguntavam como é que foi a nossa guerra, a nossa luta. Falavam de

parentes que tinham sido mortos na guerrilha contra a França. Era uma acolhida, assim, muito emotiva. E a gente era assim pessoas que eram diferentes e que atraíam a curiosidade. (Entrevista a Lisboa, 2016).

Assim, percebe-se que nas narrativas há uma clara memória da diferença, tanto dos que chegavam quanto dos que lá estavam. Logo após a chegada a estratégia era buscar meios de subsistência. Ambos narradores estavam junto com suas companheiras e, no caso de João Carlos, um filho pequeno. Num primeiro momento o governo argelino oferecia o básico, mas propunha que os exilados trabalhassem na reconstrução do país. Apolo, que era médico, e sua esposa, bioquímica, não encontraram problemas para que rapidamente pudessem se inserir profissionalmente<sup>13</sup>:

Cheguei lá e o Alto Comissariado em Argel procurou pra ajudar, fazer os contatos. Ficamos morando numa colônia de férias lá em Argel muito tempo. Aí quando arrumava emprego cê já ia... arrumava um lugarzinho pra gente morar, coisa simples. Aí eu comecei a morar em Argel, trabalhar no hospital universitário lá, colado na cidade de Argel e fiquei quase 5 anos trabalhando como médico. [...] Eles tavam doidos pra que fossem médicos pra lá, pra que fossem enfermeiros, bioquímicos. A minha mulher era bioquímica e ela tomou conta do laboratório do hospital. Resolveu um problema. Eu era médico, então eu fui ser pneumologista. Então eles tiveram muito ganho em nos levar pra lá. Já na Europa eles preferiam pedreiro, eletricitista, encanador. (Entrevista a Lisboa, 2016).

Os exilados, e pessoas de vários países que desejavam participar da reconstrução argelina para lá se dirigiam. Eram os cooperantes. Como já mencionado, a guerra de independência durou oito anos e arrasou o país. Muitos espaços foram destruídos propositalmente pelos franceses, na estratégia conhecida como “terra arrasada”. Oscar Niemeyer<sup>14</sup> e uma equipe, por exemplo, trabalharam na projeção da universidade de Constantine e vários outros espaços. Dessa forma, havia muitas possibilidades de trabalho, em especial para as pessoas que já possuíam curso superior.

João Carlos se inseriu profissionalmente em um setor diferente do de Apolo: “Trabalhei num empresa chamada *Chantier Populaire de Reboisement*, mas mais a minha parte era organizar os canteiros de obras que tinham lá. Eu tinha feito um pouco de engenharia, então já achavam que eu era engenheiro” (Entrevista a Garcia, 2016). Após isso, trabalhou em um projeto de alfabetização para trabalhadores da reforma agrária. Assim, o processo de inserção no novo espaço fazia com que ocorresse uma readaptação à vida legal. Contudo, mesmo com essa integração o aspecto que mais marcou a trajetória de ambos foi o relacionado com a diferença entre homens e mulheres. Para João Carlos: “Pra mulher é mais complicadinho. É uma sociedade pra homens. Então a mulher fica meio de lado. [...] Agora na Argélia era verdade, era mais um país... uma sociedade mais pra homens, então a mulher era mais em segundo plano e isso aí era muito difícil.” (Entrevista a Garcia, 2016). Tal dificuldade era sentida ao narrar que não podia andar ao lado de sua esposa na rua, nem ela frequentar determinados espaços, assim como a quase ausência de possibilidades de formação de nível superior. Apolo apresenta e problematiza a diferença a partir da sua experiência profissional:

<sup>13</sup> É importante ressaltar que nesse momento do exílio não havia a perspectiva do rápido retorno ao Brasil, diferentemente do que ocorreu anteriormente, quando a luta armada ainda não havia sido completamente derrotada. Ou seja, havia a compreensão de que a única opção viável era a de se estabelecer em algum espaço e lutar pela mudança da situação interna brasileira.

<sup>14</sup> Ao não conseguir trabalhar no Brasil, mudou-se para a França e, periodicamente, junto com sua equipe, visitava a Argélia.

Eu era obrigado a falar um pouco de árabe, porque as mulheres... a maioria não fala francês. Porque os próprios maridos não deixavam. Com medo à época da colônia... das mulheres, dos franceses participar da vida deles. Havia muito assédio sexual né. Então as mulheres eram trancadas, de certa maneira, pra se proteger do colonizador, dos soldados. E aí eu tive que fazer as consultas, as perguntas assim, em árabe... pras mulheres. Os homens a maioria falava francês. (Entrevista a Lisboa, 2016).

Ao atender homens e mulheres Apolo percebia a diferença no idioma. As mulheres não falavam francês, que era a língua do colonizador. Justifica a situação como uma proteção de seus maridos. Não menciona o fato de que a violência, inclusive sexual, ocorria independente do idioma que se falasse, como mais uma forma de subjugação dos colonos franceses em relação aos argelinos. Devemos compreender seu relato a partir de uma situação em que a rearticulação operada com o decorrer do tempo se mistura com o sentimento de gratidão para com a Argélia, como ele mesmo fala. Dessa forma, existe uma tentativa de justificar as eventuais desigualdades como fazendo parte do processo político/cultural vivenciado pelo país naquele momento histórico.

João Carlos continua sua reflexão sobre as mulheres e a influência dessa diferença na sua decisão de partir: “E a Célia queria também terminar os estudos dela. Ela tava fazendo enfermagem, aí depois na França ela virou enfermeira. E eu também queria estudar. Então eu fui pra França, lá eu pude estudar, levar a vida, vamos dizer assim, de maneira mais tranquila.” (Entrevista a Garcia, 2016). Na sua narrativa o casal não permaneceu no país pelo fato de que sua companheira não poderia continuar os estudos. Contudo, na sequência afirma que seu desejo também era o de levar uma vida mais “tranquila”, tranquilidade que podemos relacionar com um maior acesso a meios de sobrevivência e manutenção. Outro aspecto que foi relevante ao sair do país se relaciona com a participação política:

O pessoal saía porque o próprio, digamos assim, sistema, a própria cultura ela restringia muito o latino, o brasileiro. Entendeu? No dia-a-dia assim. E pra participar de política lá era muito difícil. [...] A única participação que eu tinha era mais com o Miguel Arraes, que a gente acabou muito companheiro, amigo. Eu ia visitá-lo, ele me visitava, enfim. E poucos brasileiros que tinha, entendeu? Não era muito a colônia. E nós queríamos participar, trocar ideia, participar dos movimentos pela anistia, e lá tu sabes que isso não existe. Então era mais difícil. (Entrevista a Garcia, 2016).

O desejo pela participação política, mesmo que de forma autônoma, não estando mais vinculado a organização, junto com a busca por maiores possibilidades de acesso ao ensino superior, fizeram com que ele e sua família ficassem em torno de um ano na Argélia. Na sequência partiram para a França onde residiram até 1979, quando da promulgação da Lei da Anistia<sup>15</sup>. Naquele país ele participou ativamente, sendo inclusive presidente, do Comitê Brasileiro pela Anistia. A influência de Arraes também era um fator de mão dupla, pois embora os auxiliasse, sua personalidade era considerada um tanto centralizadora por determinados setores, o que dificultaria eventual organização que não passasse pelo seu crivo<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> A aprovação da Lei 6.68/79 (Lei da Anistia) foi um marco para que pudessem retornar ao Brasil a maior parte dos que estavam exilados.

<sup>16</sup> Miguel Arraes articulou um boletim de denúncia da ditadura: a Frente Brasileira de Informações, que articulava representantes de vários grupos revolucionários.

Já na trajetória de Apolo, a permanência no país foi uma decisão em virtude do trabalho e da situação que, na sua concepção, era de tranquilidade:

Nós estávamos aliviados, porque quem viveu cinco anos procurado como terrorista no Rio de Janeiro, quem viveu fugindo da ditadura do Pinochet, da ditadura na Argentina, você tava num país que te dava apoio, você tinha telefone em casa e você tinha uma casa pra dormir, você tinha um trabalho. Nós estávamos no céu. (Entrevista a Lisboa, 2016).

Contudo, mesmo com a aparente tranquilidade da situação, não podemos esquecer que o governo da ditadura os via como inimigos. Esse fluxo de brasileiros no exterior, denunciando o que ocorria em território brasileiro e dando visibilidade internacional negativa à ditadura, preocupava o governo. Após a criação do Sistema Nacional de Informações, em 1964, cujo objetivo era centralizar a produção da informação acerca dos cidadãos, em 1966, a partir do acúmulo de experiência em monitoramento a militantes do Partido Comunista, foi criado o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. Nas palavras de Ananda Simões Fernandes (2013: 148): “O CIEEX contava com o apoio dos agentes do SNI e dos adidos militares que serviam nas embaixadas e consulados brasileiros – geralmente vinculados aos serviços de inteligência de suas Forças.” Ou seja, criou-se um órgão específico para o monitoramento do que ocorria para além das fronteiras nacionais. É importante ressaltar que o CIEEx possuiu bases em países em que a presença de exilados era maior: Uruguai, Chile, França e Portugal<sup>17</sup>. As mesmas se encontravam junto a representação diplomática dos países, mas respondiam diretamente ao Brasil<sup>18</sup>.

Além desse órgão, a Divisão de Segurança e Informações<sup>19</sup> (DSI), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, ou Itamaraty, também era fundamental na produção da informação sobre o que ocorria no exterior envolvendo cidadãos brasileiros. Ou seja, as representações diplomáticas brasileiras no exterior, que deveriam atuar na proteção de direitos dos nacionais, faziam, muitas vezes, o contrário: agiam para negar passaportes, não registrar os filhos dos exilados, e monitorar as ações de denúncia da ditadura desenvolvidas. De acordo com Penna:

O modus operandi do CIEEX revela o total desrespeito a consagradas garantias legais, além de uma sofisticada e eficiente rede de espionagem, impossível de ser montada sem atuação conjunta com agências congêneres nos países onde operava. Havia infiltração de agentes entre grupos de exilados, violação de correspondência, intercâmbio de informações com outros órgãos de inteligência, observação permanente de pessoas, dentre outras atividades. (Penna, 2008: 86)

Nesse momento, temos que fazer algumas considerações, mesmo que breves, sobre a natureza de tais fontes, pois, o medo do comunismo e de eventuais ações de resistência a serem articuladas permeava toda a produção sobre os considerados subversivos. Dessa forma a documentação produzida, segundo Joffily (2014), era carregada de suspeitas, cujo objetivo central era a preocupação com a permanência de determinadas estruturas de repressão, pois se

<sup>17</sup> O existência do CIEEx foi recentemente comprovada, quando sua documentação foi encontrada. Até a presente data não foi possível encontrar referência a nenhuma base do referido Centro em países do continente africano, tendo em vista a pequena presença de exilados nesses países.

<sup>18</sup> Há, inclusive, a referência do CIEEx monitorando os embaixadores. Para maiores informações, consultar Gomes (2019).

<sup>19</sup> Essa divisão passou a existir em todos os ministérios civis, como uma forma de coletar de informações sobre o que neles ocorria e abastecer o SNI. Para maiores informações, consultar o relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014.

necessitava justificá-las a todo instante pela presença e ameaça promovida pelo inimigo interno. Também devemos atentar para a forma com que muitas informações foram alcançadas, seja por meio da tortura física, psicológica ou com a utilização de outras estratégias mais ou menos violentas. Samways (2014), ao analisar um documento específico produzido pelo SNI, o *Comunismo Internacional – Sumário de Informações*, conclui que tais informes estavam carregados de medo e paranoia de cunho anticomunista. Contudo, mesmo que com eventuais exageros por parte dos documentos, podemos perceber como os exilados e suas tentativas de articulação eram encaradas pelo governo ditatorial, justificando assim a sua perseguição. Em 1971 uma informação nos *Sumários do Comunismo Internacional* afirmava:

Na capital da república popular da ARGÉLIA, encontram-se dúzias de entidades subversivas, reconhecidas como tais, e um sem número de grupos individuais. Todos eles compartilham de um objetivo comum: derrubar os governos dos seus respectivos países por meios violentos. O governo argeliano, através de um departamento especial de seu Ministério do Exterior, fornece-lhes dinheiro, treinamento e simpatia.<sup>20</sup>

Ou seja, na concepção da Doutrina de Segurança Nacional onde o inimigo é interno e as fronteiras são ideológicas, a vigilância deveria se manter atenta, especialmente num país em que os considerados subversivos estavam sendo bem recebidos. A preocupação principal era com o treinamento de guerrilha que eventualmente os exilados fariam para o posterior retorno ao Brasil. Assim, fazia-se necessário manter os sujeitos e suas ações sob vigilância. As cartas trocadas entre as famílias eram abertas e seu conteúdo era objetivo de informes. Os trechos destacados eram, em especial, os que se referiam ao trabalho, mobilizações políticas e as perspectivas de retorno<sup>21</sup>. Para Fabio da Cruz (2016: 115): “Divulgação de material da *Frente [Brasileira de Informações]*, reuniões de membros da esquerda e treinamento de guerrilha são os temas mais comuns dos processos de investigação de exilados que transitaram de Argel para a América.”<sup>22</sup>

A troca de informações entre embaixadas também era prática recorrente. Em recente trabalho, Fábio da Cruz (2016) analisa, a partir da troca de telegramas entre Brasil e Estados Unidos, a intensa vigilância da embaixada estadunidense e o posterior repasse dos dados para os agentes brasileiros, em virtude do medo de que as ações de guerrilha, após treinamento, se espalhassem pela América Latina:

A investigação das ações dos exilados brasileiros interessava aos representantes norte-americanos no país devido à possibilidade de que guerrilheiros argelinos se aproximassem de grupos defensores da luta armada na América Latina, especialmente o Brasil. (Cruz, 2016: 125).

<sup>20</sup> Serviço Nacional de Informações – Sumário do Comunismo Internacional, fevereiro 1971. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível para consulta online em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/sumario\\_comunismo](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/sumario_comunismo)>. Os sumários eram produzidos pelo Serviço Nacional de Informações – SNI e distribuído pelos ministérios e principais órgãos do governo com o intuito de alertar sobre as atividades comunistas nos diferentes locais do mundo. O texto em tela foi traduzido do jornal britânico *Sunday Telegraph*.

<sup>21</sup> Exemplificamos a partir de dois informes produzidos a partir de cartas enviadas por João Carlos e sua companheira, Célia. Estão sob guarda do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Identificação: BR RJ AC\_ ACE\_71002\_74 e BR\_RJ\_ AC\_ ACE\_72830\_74.

<sup>22</sup> A *Frente* referida na citação é a Frente Brasileira de Informações, criada por Miguel Arraes para denunciar a ditadura brasileira.

Como exemplo de atuação da embaixada brasileira em detrimento dos direitos dos asilados temos o fato de que no início do ano de 1976, a partir da crise desencadeada no Saara Ocidental, com a iminência da guerra entre Marrocos e Argélia, existiu uma preocupação das autoridades diplomáticas sobre a situação dos brasileiros que viviam no país, com a criação de um plano de evacuação em caso de guerra. A troca de informações entre as autoridades, chefes do Departamento Consular e Jurídico e da Divisão de Segurança Interna, nos permite afirmar que não existia inquietação acerca da situação dos asilados políticos, somente com outros nacionais residentes:

Creio pois que a embaixada em Argélia deveria ser instruída para, por todos os meios em seu alcance, mas se possível evitando a imprensa, fazer um levantamento dos brasileiros residentes no país, com exceção dos asilados políticos. A responsabilidade do governo brasileiro, em princípio, seria apenas com esse residual da comunidade brasileira, não vinculada à Braspetro ou outra entidade privada nacional, nem com os asilados políticos.<sup>23</sup>

Vários são os pontos que podemos discutir. O documento é composto pela troca de memorandos e despachos entre as autoridades citadas ante a crise no Saara Ocidental e percebemos a tentativa de não contar com a imprensa para que o mesmo ocorra, podendo supor que, caso fosse difundido que as autoridades não estavam se preocupando com os exilados, tal atitude fosse reprovada publicamente. Ao terem cometido, segundo o governo ditatorial, crimes contra a segurança nacional, os indivíduos não seriam mais merecedores da proteção do estado, pois teriam se tornado os inimigos. Pelo documento percebemos ainda a existência de empresas privadas brasileiras trabalhando em solo argelino, o que nos leva a outra questão: as relações econômicas entre os dois Estados. Já em 1963 o Brasil reconheceu a independência da Argélia e durante o período ditatorial tentou se aproximar economicamente de outras nações, consideradas mercados promissores para os interesses nacionais. E o país africano era um desses espaços, em virtude da necessidade de reconstrução após a guerra. Podemos perceber, portanto, que as relações diplomáticas, as vezes não tão amistosas, são um espaço de tensão, onde interesses convergentes e antagônicos em muitos momentos estavam presentes.

O ano de 1979, especialmente após a promulgação da Lei da Anistia, foi de muita articulação nas representações diplomáticas de países em que os exilados viviam, pois estes, na sua grande maioria, não possuíam passaporte e precisavam regularizar sua situação para o retorno ao Brasil. Antes de terem seus documentos restituídos foram feitos novos levantamentos de informações sobre a vida dos sujeitos requerentes, embora após o retorno, sua atuação continuou a ser objeto de vigilância, como no caso de Apolo<sup>24</sup>.

### **Considerações finais**

O espaço de um artigo é restrito, e, em virtude do tema ser pouco explorado pela historiografia nacional, muitas são as possibilidades em aberto. A partir do objetivo do presente texto, analisar brevemente a memória do exílio na Argélia de João Carlos Bona Garcia e Apolo Heringer Lisboa e a forma como a repressão manteve a vigilância sobre o que ocorria no país africano, podemos fazer algumas conclusões introdutórias.

<sup>23</sup> Arquivo Nacional. Identificação do documento: BR\_DFANBSB\_Z4\_REX\_EBR\_0018.

<sup>24</sup> Informação produzida sobre Apolo Lisboa, quando este já morava no Brasil novamente. Arquivo Nacional. Identificação: BR\_DFANBSB\_ABH\_ACE\_5593\_82.

A principal delas é a forma como o exílio na Argélia é rememorado: para ambos o sentimento de gratidão é o predominante, apesar das diferenças culturais, sentidas, sobretudo, por João Carlos, fato responsável pelo pouco tempo em que lá ficou. Ser recebido em um país após a violência a que foram submetidos no Brasil e poder retomar uma “vida comum” é marcante na trajetória de ambos. Da mesma forma a relação com Miguel Arraes e a sua importância perante a comunidade, mesmo pequena, que lá se formou. O período é visto como de reconstrução, após a perda de companheiros e referenciais de uma vida até então minimamente estruturada. Por isso, a lembrança acerca dos aspectos positivos é preponderante na narrativa. Da mesma forma, a mudança de perspectiva política: ao abandonarem a luta armada, passam a defender a social democracia, em especial de modelo europeu.

Contudo, mesmo com a liberdade encontrada no novo país, o Estado brasileiro se preocupou em manter os exilados sob o alcance da sua visão. Para tanto, teve a montagem de um sistema específico, por meio do CIEEx, bem como colaboração de outras embaixadas. Contudo, na Argélia, percebeu-se que o monitoramento foi realizado pela embaixada e de maneira restrita, ou seja, não havia tanta facilidade de ação repressiva como em outros espaços.

As relações diplomáticas brasileiras com os países tanto do bloco ocidental<sup>25</sup> quanto oriental no período, ainda carecem de maiores reflexões, mas podemos afirmar que, a partir do conceito de fronteira ideológica, a vigilância do governo da ditadura continuou presente em variados recantos do globo, contando com apoio de outros países ditos democráticos, especialmente dos Estados Unidos. Mesmo após o retorno, em 1979, durante algum tempo o sistema de informações continuou a monitorar aqueles que haviam sido expulsos do país, como forma de certificação de que não mais resistiriam ao governo ditatorial. Assim, os estudos acerca dos exílio e a presença da repressão brasileira no exterior ainda apresentam muitas lacunas. Buscamos, no presente texto, mostrar alguns desses elementos presentes na Argélia, país ainda pouco conhecido nos estudos sobre a ditadura brasileira.

## Referências Bibliográficas

Alves, Maria Helena Moreira (1985): *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.

Bourdieu, Pierre (2006): “A ilusão biográfica”. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína. Usos e abusos da história oral. Editora FGV, Rio de Janeiro, p. 183-191.

Brasil (2014): *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Comissão Nacional da Verdade, Brasília, v.1.

Cruz, Fábio Lucas (2016): *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)*. (Tese de Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

---

<sup>25</sup> Sobre as relações do governo ditatorial brasileiro com a França, consultar: Gomes (2019). Já para a análise do caso inglês, sugere-se: Martins Filho (2019).

Comblin, Josep (1978): *A ideologia de Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Fico, Carlos (2001). *Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e política*, Record, Rio de Janeiro.

Fernandes, Ananda Simões (2013). “O controle da resistência e da solidariedade dos refugiados políticos no Brasil pela comunidade de segurança e informação da ditadura civil-militar brasileira: A comunidade de informação e segurança da ditadura brasileira”. *TALLER (Segunda Época). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina*, Vol. 4, N° 5, pp. 144-155.

Gomes, Paulo César (2019): *Liberdade Viglada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês – do golpe à anistia*, Record, Rio de Janeiro.

Joffily, Mariana (2014): *A “Verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos*, Dimensões, vol. 32, p. 2-28.

Marques, Teresa Cristina Schneider (2006). *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*, Mestrado em História Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá.

Martins Filho, João Roberto (2019): *Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)*, Saga Editora, Salvador.

Padrós, Enrique Serra (2014). “Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional”, Gallo, Carlos Artur; Rubert, Sylvania (orgs.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Editora Deriva, Porto Alegre, p. 13- 36.

Penna Filho, Pio (2008): *Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): O elo perdido da repressão*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, pág. 79-92.

Pollak, Michael (1992): *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n°3, p. 3-15.

Portelli, Alessandro (1997): *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral*. Projeto História, São Paulo: PUC-SP, n.15, p.13-49.

Rolleberg, Denise (1999): *Exílio: entre raízes e radares*, Record, Rio de Janeiro.

Samways, Daniel Trevisan (2014): *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970- 1973)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná: Curitiba.

Sznajder, Mario; Roniger, Luis (2013): *La política del destierro y el exilio en América Latina*, Fondo de Cultura Economica, México.

Yankelevich, Pablo (2011): “Estudar o exílio”. In: *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*, Editora FGV, Rio de Janeiro, p.11-30.

Yankelevich, Pablo; Jensen, Silvina (2007). “La actualidad del exilio”. In: Yankelevich, Pablo; Jensen, Silvina. *Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar*, Libros del Zorzal, Buenos Aires, p. 9-20.

Yazbek, Mustafa (2010): *A revolução argelina*. Ed. UNESP, São Paulo.